

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



*Arquivo Pittoresco*, Lisboa, 1857-1868

Em razão do contexto em que foi criado e pelo modo como congregou importantes aspectos e assuntos históricos em meados do século XIX, em Portugal, o *Arquivo Pittoresco* (AP) constituiu-se em um relevante registro oriundo da imprensa periódica daquele período. Editado semanalmente na Tipografia de Castro, Irmão e Cia, em Lisboa, e distribuído aos domingos, o semanário retomou, em alguns pontos, o projeto desenvolvido pela primeira experiência de imprensa literária e ilustrada portuguesa nos moldes do Oitocentos, *O Panorama*, conhecida publicação concebida por Alexandre Herculano. Sucedeu outro projeto semelhante de relevância, a *Revista Universal Lisbonense* (1841-1853). Apesar de sua importância secundária, o AP teve uma sobrevivência regular mais duradoura que seu predecessor. As atividades em *O Panorama*, considerado o marco instaurador do romantismo em Portugal, se iniciaram em 1837 e perduraram até 1844, com tentativas de retorno e extinção definitiva no ano de 1868. No caso do AP, foram onze anos ininterruptos de circulação, com dimensão de oito páginas por número e estabilidade de preço de estampa. Nesse sentido, com custo de 2000 réis por assinatura anual em Lisboa, e de 2200 réis nas demais províncias (inclusive ultramarinas e em outros países), o semanário atingiu êxito que o situava lado a lado ao jornal literário de Herculano em seus melhores tempos, com tiragens próximas a 5000 exemplares. José de Torres foi o redator principal no primeiro ano e em parte do segundo, sucedido por Francisco Pereira de Almeida, que se ocupou da finalização do segundo volume. Francisco Augusto Nogueira da Silva, António Feliciano de Castilho, António da Silva Túlio, Inácio de Vilhena Barbosa e Pedro Wenceslau de Brito Aranha (os dois últimos a partir do nono volume) foram os responsáveis subsequentes. Em conjunto com os demais colaboradores, revezavam-se nos espaços do AP e reforçavam o princípio de que, entre gravuras e textos, o intuito era tornar “útil e agradável” o conhecimento divulgado pelo periódico. Outros nomes que merecem referência pela frequente participação são: Alberto Osório de Vasconcellos, António José de Figueiredo, António Lopes Mendes, António Pedro Lopes de Mendonça, Innocencio Francisco da Silva, José Felix Nogueira e Luís Augusto Rebello da Silva.

A constante comparação com o periódico surgido vinte anos antes não é fortuita. Como se pode observar, boa parte dos referidos autores marcaram presença também em *O Panorama*. Além disso, como



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

reconhecido mérito e esforço de letrados portugueses da época, o *AP* apareceu ainda na senda das novas ideias e condições abertas pela revolução liberal, das quais aquele periódico foi expressão anterior, apesar das necessárias ressalvas quanto aos avanços e retrocessos relativos à censura sofrida pela imprensa portuguesa. Em geral, este quadro atravessou as décadas de 1820 e 1830, com significativa mudança a partir da outorga da lei de imprensa de 1834 e do fim do absolutismo. Ter em conta a conjuntura política que motivou o surgimento de periódicos literários permite que se aponte o caráter editorial do *AP*. Diferentemente do chamado jornalismo de opinião, projetos como os dos impressos mencionados acima se enquadravam naquele setor mais direcionado aos conhecimentos diversos e à instrução. Não por acaso, *O Panorama* surgiu no âmbito de uma organização civil denominada Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis. Se nas primeiras décadas do século XIX foram elementos externos que determinaram o caráter da imprensa, com ênfase às invasões francesas e às influências dos emigrados (sobretudo de Inglaterra e de França) nas idas e vindas pós 1820 – como Herculano é conhecido exemplo, ao lado de Almeida Garrett e outros – a partir da segunda metade da década de 1830 uma reforma significativa aproximaria o Estado, cada vez mais centralizado, dos letrados interessados em intervir no novo modelo de sociedade que enfim era instituído. Esse movimento ganharia desdobramentos diversos e eles podem ser observados nas páginas do *AP*.

Apresentado em seu primeiro prólogo como um “jornal português e para portugueses” (*AP*, 1857, p. 1), a concepção editorial dos anos iniciais de *AP* resguardava perspectiva atenta às colônias na África e Ásia e, sobremaneira, ao Brasil. Nesse horizonte, a integração viria por meio do idioma, mas este não seria o único recurso. A edição de número um foi imediatamente aberta com uma gravura que representava a entrada do porto do Rio de Janeiro. Com tal decisão, as propostas primordiais estavam, de imediato, colocadas. O investimento em ilustrações, tal como em *O Panorama*, seria uma marca do semanário. Embora não tenham sido esses periódicos os responsáveis pela introdução do uso de imagens neste gênero de composição gráfica, chama a atenção o lugar de destaque ocupado por elas na coleção completa do *AP*. As gravuras em madeira foram acolhidas em profusão. Em praticamente todas as principais seções elas estiveram presentes. Não como meros adereços desligados dos textos, mas como ferramenta complementar ou mesmo motivadora ao que se seguia por escrito. Ainda no primeiro número, é possível encontrar uma notícia biográfica dedicada a Alexandre Herculano, igualmente exposta com gravura que representa o biografado. A seção intitulada “recordações de viagem”, comum nessas páginas ao longo dos anos, corriqueiramente apresentava imagens das cidades descritas pelos autores. Andrade-Ferreira, em artigo intitulado “Jornalismo literário em Portugal”, que apareceu no décimo segundo número de *AP*, comentava que “é destes jornais que mais necessita Portugal, porque é assim que, sem assustar as compreensões populares, é possível e agradável encaminhar estas às fontes da nossa história, e às noções



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

mais elementares das ciências morais, tornando-lhes fácil e apetecível o que lhes fora inacessível apresentado em difusos compêndios” (*AP*, 1857, p. 93).

Esta iniciativa pedagógica que se justificava pela forma atribuída ao semanário estava expressa conjuntamente nos artigos reunidos e nas seções que eram instituídas. O papel desse meio de comunicação, tal como sugeria o texto de Andrade-Ferreira, era discussão frequente no século XIX. Os atributos do livro e do jornal e suas respectivas abrangências estavam a ser observados com atenção. Por isso, o compromisso cívico e patriótico de educar a população nunca foi perdido de vista. Em artigo no segundo ano do *AP*, Nogueira da Silva já evidenciava que o jornal surgia como meio alternativo de educação àqueles que não conseguiam comprar livros por falta de recursos financeiros (*AP*, 1858, pp. 154-155). Assim posto, durante os onze anos de sua existência e, marcadamente, na primeira metade desse intervalo, as publicações relacionadas à história e aos costumes das colônias, dos demais países europeus, da América e até mesmo de espaços distantes como Indonésia, Austrália e Japão tiveram significativa acolhida. Muitos artigos acerca da fauna e da flora de cada um dos continentes estavam encaminhados nos números do *AP*. Ao lado desse gênero de material, havia textos que comparavam conceitos antigos e modernos – um exemplo aparece já no primeiro número com a análise de um poema de Ovídio –, paralelos biográficos que aproximavam os antigos generais romanos (Césares) aos modernos Bonapartes franceses, bem ao modelo de Plutarco, além de excertos de obras morais desse e de outros autores antigos. Esse diálogo entre antigos e modernos é matiz interessante a ser observado, pois reúne os problemas mais complexos com os quais se debatiam os letrados oitocentistas. Merece ser mencionada a necessidade percebida por estes naquilo que tangia à clareza de propósitos do *AP*. Em 1858, um artigo cuja chamada era “Os filósofos antigos, a moral e os tempos modernos” não perdia a chance de demarcar a diferença entre o ensino da moral no passado, por meio da palavra falada, e, no presente do século XIX, a função atribuída à imprensa para a mesma tarefa. A eficiência do orador antigo era tida como mais evidente, sabendo-se que parcela significativa da sociedade moderna ainda não dominava a leitura (*AP*, 1858, pp. 180-181). É possível considerar que a permanência de uma educação de base retórica auxiliie na compreensão desta qualidade de comunicação com o passado. Entretanto, é preciso avançar justamente na carga política que, entre antigos e modernos, a retórica sempre abrigou. A comprovação de que este último traço não estava resolvido pode ser verificada no constante artifício de sublinhar o programa do jornal, cujos focos, nos termos de António Feliciano de Castilho, eram “divertimento e variedade” (*AP*, 1859, pp. 281-283). Repetidamente, era necessário dizer que o semanário não tratava de assuntos políticos. Deve-se salientar que a matriz educativa do programa geral da revista relacionava-se com o contexto de consolidação da sociedade liberal, cuja base, à época, estava na construção de uma sólida identidade nacional a partir de elementos culturais e históricos portugueses. A observação dessas diretrizes permite o exame do ambiente público da chamada época da Regeneração e de suas relações com o passado.



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Como se sabe, não há, para o século no qual se desenvolveu o *AP*, projeto de face mais política do que as grandes construções nacionais modernas. No fundamental, o prólogo divulgado no primeiro número do ano de 1860 é bastante esclarecedor deste ponto de vista na particularidade de Portugal. Nesta nova etapa, “(...) nacionalizando cada vez mais este jornal, não só com os retratos, monumentos, edifícios, paisagens, produtos e tipos portugueses, divulgados pela gravura de madeira, e por artistas nossos, mas também pela narrativa dos feitos e ações de nossos antepassados, dos seus usos e costumes (...)”, os editores não deixavam dúvidas quanto à missão assumida (*AP*, 1860, pp.1-2). Espécie de segunda fase para os editores, no tocante às afirmações do mesmo prólogo, a manutenção dos conteúdos morais e religiosos estava garantida. À previsão de um amplo espectro de leitores, com faixas etárias variadas, era somada a inclusão formal do *AP* como instrumento didático nas escolas e outras instituições de ensino. O que anteriormente era intenção passava a ser finalidade principal. A instrução, daqui por diante, passaria por um envolvimento no processo de alfabetização da população e por auxílio significativo na valorização da língua portuguesa.

O importante a ser ressaltado é que neste movimento, a história, que sempre esteve mesclada entre copiosas monografias, romances em formato de folhetim, excertos antigos e outros tantos escritos, assumiria, de antemão, cariz formador. No mesmo prólogo estava dito que, mais que as matérias de atualidade, seriam os estudos do passado aqueles mais aptos a ensinar os jovens estudantes. Nessa mesma feita, são instituídas as seções dedicadas às “antiguidades nacionais” e “estudos de língua materna”. Sem que tenha havido a extinção dos modelos anteriores, artigos sobre os monumentos e prédios históricos de Lisboa e de outras cidades do país passariam a sobressair nas páginas do *AP*. A defesa do idioma, por outro lado, se daria, por exemplo, pela forte crítica à influência francesa, traço dos anos de ocupação e significativa participação no processo de modernização da imprensa por parte daquele país, o que levou a um conjunto de recensões negativas aos “galicismos”. Cabe dizer que assuntos atentos às questões de patrimônio, lendas e tradições religiosas, literatura e estudos sobre eventos pretéritos que se relacionavam com definições do caráter nacional, como a União Ibérica e a restauração de 1640, passariam a conquistar os olhares dos envolvidos na elaboração do semanário. Inclusive o escrúpulo com a busca da verdade “ignorada, sumida ou desfigurada” no interior dos arquivos passaria a ser objeto central dos colaboradores (*AP*, 1861, p. 2). É importante salientar que historiadores de destaque, tais como Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco, publicaram artigos na revista, assim como sua redação foi dirigida por homens que se dedicaram, da mesma forma, ao saber histórico, como Inácio de Vilhena Barbosa, António da Silva Túlio e Luís Augusto Rebello da Silva. Muitos eram sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa. Ademais, mesmo entre aqueles que eram reconhecidos por seu trabalho jornalístico ou dramaturgico, como no caso de António Pedro Lopes de Mendonça, a produção de textos de caráter histórico era algo comum. Já nos primeiros anos houve colaborações do escritor, tais quais os artigos “Curiosidades históricas: acerca dos preços em Portugal nos séculos XV e XVI” (*AP*, 1857, p. 342) e “Filipe



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

II e a nobreza portuguesa durante as suas pretensões ao trono de Portugal (apontamento de um livro inédito)” (AP, 1858, pp. 50-67-98), algo semelhante aos casos de José de Torres, com seu texto sobre o reinado de Pedro II, no final do século XVII (AP, 1858, p. 319) e, posteriormente, de José Maria Latino Coelho, com o artigo “Ciência na Idade Média e as enciclopédias desse tempo” (AP, 1864, p. 143). São alguns exemplos entre grande variedade de casos registrados no acervo do periódico.

Entretantes, as remissões à Sociedade Madrêpora passaram a ser frequentes nos sucessivos números do *AP*. Fundada à época por portugueses residentes no Rio de Janeiro, esta associação tornou-se a principal fonte de recursos e de apoio à distribuição aos sócios do semanário. Fenômeno similar ao ocorrido com *O Panorama*, que cresceu em grande medida durante os anos em que contou com o amparo da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis (patrocinadora do jornal até 1844), o apogeu do *AP* passou-se nos anos em que a Sociedade Madrêpora assumiu a responsabilidade pela compra de grande parte da tiragem e de sua distribuição por instituições de ensino pelo país, províncias ultramarinas e Brasil. É preciso indicar que neste momento o processo de industrialização de Portugal era posto em andamento e a cooperação dessas associações junto às novas funções do Estado tinha sua magnitude, sendo a educação uma delas. Ao mesmo tempo, as ligações com o Brasil, sinalizadas desde o primeiro número do periódico, seguiam em franca ascensão com o aporte dos magnatas ligados à Madrêpora. A apreensão deste círculo que ligava o governo real (que também distribuía parte dos exemplares do *AP* em determinadas escolas do reino), as associações industriais ou literárias, as colônias e o Brasil em meados do Oitocentos é pertinente no esforço de entendimento do universo letrado e suas ecléticas atuações. Antes da presença da sociedade, o *AP* já editava artigos destinados a divulgar as diversas formas industriais em Portugal e em outras partes do mundo. Contudo, passou a ser algo sistemático a divulgação da empresa náutica, dos caminhos de ferro, o abastecimento de água, a meteorologia e notícias de índice científico em geral, textos distribuídos entre traduções de artigos biográficos acerca de Lord Byron (de autoria do inglês M. Macaulay), Rousseau, Spinoza e Adam Smith, como havia desde os princípios, e uma profusão de documentos históricos publicados. O número de estampas também aumentou nestes anos atingindo a marca de cento e quarenta ao longo de 1862. Com a morte de António Emilio Machado Reis, sócio fundador da Madrêpora, o campo de possibilidades para desdobramentos dessas questões foi bruscamente interrompido. Em nota ao final de uma das edições de 1868 anunciava-se o fim da publicação, justificado pela dívida da sociedade sediada no Rio de Janeiro. O dilema do contrato em divulgar os avanços do presente e, simultaneamente, endossar a supremacia do passado como fonte da Regeneração nacional, pode informar muito no que diz respeito às concepções de história passíveis de serem identificadas naquele período marcado pelos jornais e por uma nova experiência do tempo.

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

**Bibliografia:** ARCHIVO PITTORESCO. *Semanario Illustrado*. Lisboa: Castro, Irmão & Cia, 1857-1868; CATROGA, Fernando, CARVALHO, Paulo Archer de. *Sociedade e cultura portuguesas II*. Lisboa: Universidade Aberta, 1994; CEZAR, Temístocles. “L’écriture de l’histoire au Brésil au XIXe siècle. Essai sur l’utilisation des modèles anciens et modernes de l’historiographie”. *Historiografias. Revista de Historia y Teoría*, v. 2, 2011, pp. 45-65; DIAS, Eurico. *O Archivo Pittoresco (1857-1868)*. Subsídios para sua história. Comunicação apresentada no Ciclo de Conferências “Arquivo Pittoresco, 150 anos depois (1857-2007)”, 1ª Conferência (Hemeroteca Municipal de Lisboa, 13 de setembro 2007) [Consult. 10 de julho de 2013]. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/Dicionariojornais/Textos/Archivopitroesco.pdf>; MATOS, Ana Maria Cardoso de. “Sociedades e associações industriais oitocentistas: projectos e acções de divulgação técnica e incentivos à atividade empresarial”, *Análise Social*, vol. XXI (136-137), 1996 (2º-3º), pp. 397-412; MATOS, Sérgio Campos. *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Edições Colibri, 1998; RAFAEL, Gina Guedes, SANTOS, Manuela (org. e coord.). *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001; SANT’ANNA, Benedita de Cássia Lima. *Ilustração Brasileira (1854-1855) e a Ilustração Luso-Brasileira (1856, 1858, 1859)*. Uma contribuição para o estudo da imprensa literária em língua portuguesa. Tese de doutorado, volume 1. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2007; SARAIVA, António José. *História da Literatura Portuguesa*. Das origens a 1970. Amadora: Bertrand, 1979; SILVA, Inocêncio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez: estudos applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, Tomo Primeiro (2ª edição, 1925) e Tomo Oitavo (Primeiro suplemento, 1867); TENGARRINHA, José. *Nova História da Imprensa Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates/Circulo de Leitores, 2013; TORRAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

Evandro Santos



APOIOS:

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

**BNP** BIBLIOTECA  
NACIONAL  
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO  
LUSO-AMERICANA